

ENSAIO TEÓRICO

Da xenofobia à glotofobia: a estrangeiridade como um problema discursivo

Jocenilson RIBEIRO 

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO

Apresenta-se aqui um ensaio teórico a partir de uma breve revisão narrativa da literatura mais atualizada sobre o tema da intolerância, cujos autores têm se preocupado com a questão do estrangeiro no campo da filosofia da migração. O objetivo é apresentar uma leitura analítica sobre a questão do estrangeiro e da estrangeiridade considerando a xenofobia e a glotofobia como dois problemas de intolerância à alteridade e à diferença, seja evidenciada pelo componente étnico-racial que marca o racismo, seja pela sua inscrição na língua enquanto sujeito estrangeiro. A perspectiva epistemológica adotada é a da análise do discurso que toma os estudos foucaultianos como orientação teórico-metodológica. São apresentados alguns conceitos como estrangeiridade, xenofobia e glotofobia, adotando o verbete *estrangeiro* como objeto de análise discursiva a partir do *Dicionário Houaiss de língua portuguesa* (2001). Ao analisar um caso de glotofobia contra falantes brasileiros e africanos lusófonos em Portugal, observa-se que a intolerância a uma dada variedade linguística na perspectiva da estrangeiridade está relacionada a outras questões discursivas como discriminação pela origem, procedência, grupo étnico-racial, expressão cultural e linguística que opõem em formações discursivas antagônicas o hostil e o hostilizado.

ABSTRACT

A theoretical essay is presented based on a brief narrative review of the most up-to-date literature on the topic of intolerance, whose authors have been concerned with the foreigner issue in the field of philosophy of migration. The objective is to present an analytical reading on the foreigner and foreignness issue, considering xenophobia and glotophobia



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Gláucia Muniz Proença Lara (UFMG)
- Marluza da Rosa (UFSM)
- Isabelle Tauzin-Castellanos (UBMontaigne)

AVALIADO POR

- Natieli Luiza Branco (UNIPAMPA)
- Glória da R. Abreu Franca (UFMA)

DATAS

- Recebido: 22/09/2021
- Aceito: 19/10/2021
- Publicado: 07/12/2021

COMO CITAR

Ribeiro, J. (2021). Da xenofobia à glotofobia: a estrangeiridade como um problema discursivo. *Revista da Abralín*, v. 20, n. 3, p. 331-356, 2021.

as two problems of intolerance to alterity and difference, whether marked by the ethnic-racial component that defines racism or its inscription in the language as a foreign subject. The adopted epistemological perspective is that of discourse analysis that takes Foucault's studies as a theoretical-methodological orientation. Some concepts such as foreignness, xenophobia, and glotophobia are presented, adopting the entry *foreign* as the object of discursive analysis from the *Houaiss Dictionary of the Portuguese Language* (2001). When analyzing a case of glotophobia against Portuguese-speaking Brazilian and African speakers in Portugal, it is observed that intolerance to a given linguistic variety from the perspective of foreignness is related to other discursive issues, such as discrimination by origin, provenance, ethnic-racial group, cultural expression, and linguistics, which oppose the hostile and the harassed in antagonistic discursive formations.

PALAVRAS-CHAVE

Estrangeiro. Estrangeiridade. Xenofobia. Glotofobia. Análise do Discurso.

KEYWORDS

Foreign. Foreignness. Xenophobia. Glotophobia. Discourse Analysis.

Introdução

As duas primeiras décadas do século XXI, inevitavelmente, foram marcadas por dois acontecimentos históricos capazes de produzir e acirrar crises migratórias pelo mundo. Se por um lado, os *Ataques de 11 de setembro de 2001*, na esfera político-internacional, promoveram o ódio aos povos do mundo árabe e a islamofobia, por outro, a *Pandemia do Coronavírus*, na esfera político-sanitária, tem contribuído com a promoção do medo, da aversão e da desconfiança pelas pessoas migrantes, descendentes de asiáticos, especificamente de chineses, coreanos e japoneses, estigmatizados pelo discurso de que foram os primeiros disseminadores da COVID-19 pelo mundo. Em 2001, os enunciados “*nem todo árabe é muçulmano, nem todo muçulmano é árabe*”¹ e “*nem todo muçulmano é terrorista*”² surgiam em várias línguas, nos jornais, blogs e no Orkut (rede social da época), como campanha de desconstrução de estereótipos e combate à islamofobia, logo após os

¹ No original: Not every Arab is a Muslim, and not every Muslim is an Arab.

² No original: Muslims are not terrorists.

atentados terroristas. Quase do mesmo modo, nos últimos meses de 2019, quando os primeiros casos de infectados pela COVID-19 surgiram na Itália e na França, logo os asiáticos e descendentes promovem uma campanha pela Internet através do *hashtag* #JeNeSuisPasUnVirus e, em inglês, #IAMNOTAVIRUS, com o objetivo de combater a xenofobia contra os chineses (sinofobia) fortemente crescente no mundo, mesmo antes da declaração oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O que assistimos nestes últimos vinte anos foi a crescente onda de intolerância ao diferente, sob o suposto argumento de que “eles”, o Outro-estrangeiro, nos eram uma ameaça enquanto o “nós”, dos nativos, seguia disseminando os discursos de ódio ao estrangeiro, o que não significa que este argumento não percorresse todo o século XX. É claro que houve descontinuidades e mutações. Não interessa aqui a datação desta temporalidade, mas como, no início do século XXI e atualmente, alguns enunciados emergem evidenciando o funcionamento discursivo de resistência contrário ao discurso hostil embevecido em uma linguagem fascista.

Neste ensaio teórico, faço uma breve revisão narrativa da literatura mais atualizada sobre o tema da intolerância, cujos autores têm se preocupado com a questão do estrangeiro (DERRIDA, 2003) propondo ao leitor uma reflexão na esteira do que Di Cesare (2020) chama de filosofia da migração. Nessa narrativa, procuro trazer autores que podem lançar luz a noções cruciais para os estudos de estrangeiridade no terreno da análise do discurso orientada pelas reflexões foucaultianas, a saber: *estrangeiro, estrangeiridade, xenofobia, glotofobia*. As leituras aqui mencionadas, além de outros trabalhos dos autores, constituem-se como literatura fundamental para pensar a condição das pessoas em deslocamento e as violências (simbólicas ou não) que as afetam como uma questão de identidade e de discurso, ainda que elas não tratem do tema exclusivamente como um problema identitário e/ou discursivo. Não se pretende, pois, fazer resenhas dessas leituras, mas pensar com estes autores um tema que nos afeta de algum modo como pesquisadores e pesquisadoras no terreno fértil e complexo dos estudos da linguagem, particularmente o da Análise do discurso.

O objetivo deste ensaio é apresentar uma leitura analítica sobre a questão do estrangeiro e da estrangeiridade tendo a xenofobia e a glotofobia como dois problemas de intolerância à alteridade e à diferença, seja marcada pelo componente étnico-racial, seja pela sua inscrição na língua enquanto sujeito estrangeiro. É preciso destacar que ambas as dimensões são constituintes do funcionamento dos discursos. Embora resulte de pesquisas desenvolvidas no interior do projeto *Vozes em migração: discursos, imagens e representações de estrangeiridade/brasilidade*, uma continuidade de estudos sobre violência, xenofobia e interculturalidade na Tríplice Fronteira - Argentina, Brasil, Paraguai (RIBEIRO, 2020), não busco aqui apresentar relatos dessas pesquisas, mas apontar questões e reflexões no interior de uma problemática construída nos últimos cinco anos de estudos. O *corpus* que aqui apresento tem caráter elucidado cuja finalidade é orientar algumas reflexões acerca do estrangeiro tanto em instrumento linguístico quanto publicações nas redes sociais, e o que a língua e os discursos podem monumentalizar.

Sumariamente, em um primeiro momento, apresento uma leitura de uma entrevista de Michel Foucault, de 1979, quando o filósofo francês tratou do problema dos refugiados no sudeste asiático, apontando para sua continuação e intensa crise migratória no século XXI, ou seja, em nossa atualidade.

Em seguida, tratarei da questão do estrangeiro no dicionário e na história, para pensarmos a estrangeiridade como um objeto discursivo - discussão desenvolvida na terceira seção. Na quarta seção, trago a xenofobia e a glotofobia como problemas de intolerância ao estrangeiro e situo como exemplo de análise do próprio brasileiro deslocado e a sua variante linguística (língua portuguesa à brasileira), na condição de estrangeiro, sujeito de discurso discriminatório em Portugal. A questão que nos guiará às últimas reflexões é: qual é o limite entre a xenofobia, a glotofobia e o racismo?

1. A crise migratória e o prenúncio de Foucault

Diante da problemática aqui exposta, volto-me a uma entrevista de Michel Foucault conferida ao jornal japonês *Shûkan Posuto* em 1979, intitulada “*Le problème des réfugiés est un présage de la grande migration du XXIe siècle*”, por ser um dos poucos trabalhos em que o filósofo reflete exclusivamente sobre a condição do refugiado (pessoa em deslocamento; estrangeiro), inscrito numa crise que atravessava o séc. XX, mas não se encerraria aí. Ao refletir sobre a situação dos refugiados vietnamitas, resultante das dificuldades políticas e econômicas na Ásia, ele tinha tamanha clareza de que o problema dos refugiados seria a grande crise que enfrentaríamos hoje. Tal crise seria fruto dos antagonismos históricos dos governos e dos estados que punham as populações sob um “poder de regulamentação” que consiste “em fazer viver e em deixar morrer”³ (FOUCAULT, 1999, p. 294) no domínio dos biopoderes.

Ao responder às cinco questões relacionadas ao problema dos refugiados fugindo do regime comunista no Vietnã e no Camboja, Foucault ([1979] 2001) sintetizou sua análise geopolítica apresentando tanto uma leitura do que se passava no Sudeste Asiático - e nos países formados das antigas colônias com seus regimes ditatoriais - quanto uma espécie de previsão do que se poderia passar no futuro não apenas na Ásia. Ele compreendeu que a definição de fronteiras, sob herança dos processos coloniais, os genocídios e as perseguições étnico-raciais, eram problemas políticos do século XX que se manifestariam mais tarde não do mesmo modo, mas sob outras formas, táticas e discursos. A última questão é crucial ao debate à época e nos fornece uma compreensão atualizada do que vemos sobretudo hoje em contexto de crise sanitária global, uma vez que a questão étnico-racial e o problema das identidades ora tangenciam ora atravessam as diferentes crises quando o Outro-estrangeiro é visto como ameaça. O jornal japonês queria saber se havia um novo aspecto histórico no problema dos refugiados vietnamitas ao considerar que muitos desses aspectos se repetiam ao longo da história. É respondendo a essa questão que o filósofo revela *un présage*.

Michel Foucault reconhecia que o problema da crise dos refugiados, na década de 1970, era determinado por fatores de ordem histórica, política e econômica que produziam as tensões latentes desde o momento em que as ex-colônias confundiram a diversidade religiosa, linguística e étnica em

³ Estas análises de Michel Foucault constam da obra *Em defesa da sociedade* (1999), editado com as onze aulas ministradas no Collège de France entre 1975-1976 na cátedra História dos sistemas de pensamento.

um mesmo projeto de Estado homogeneizante e repressor, sem gestão política e conciliadora destas diferenças. Outro fator diz respeito à exploração de mão de obras do terceiro mundo pelas economias mais desenvolvidas e a seu total desprezo ou tentativa de devolução desta classe trabalhadora com a emergência da revolução tecnológica, o que promoveu as migrações e, com isso, uma série de violências. Foucault (2001, p. 800) conclui apresentando-nos um presságio: “Eu temo que o que está acontecendo no Vietnã não seja somente uma herança do passado, mas um prenúncio do futuro.”

Os imigrantes, estrangeiros em situação de refúgio, os presos e perseguidos políticos, ao olhar do filósofo, são pessoas em situações de perigo que merecem a urgente ajuda de governos solidários e da sociedade civil enquanto se poderia pressionar seus governos ao menos para abrir as fronteiras permitindo que as pessoas pudessem partir. No entanto, aquele que parte experimenta a dupla violência na política da heterotopia e nas tecnologias do biopoder sob as quais ele é um indesejável na partida e na chegada, quando não naufraga antes. Muitas pessoas em deslocamento deixam suas casas, famílias, países e propriedades, quando as têm, porque é insuportável e perigoso permanecer; mas elas próprias são vítimas de inúmeras novas violências ao chegar, dentre as quais a discriminação e o ódio - por serem quem são, por falarem como falam - têm nome e agente. Essa questão diz respeito à intolerância ao diferente de que trata Umberto Eco em *Migração e intolerância*. Para o semiólogo italiano,

[...] a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emocionais, muitas vezes superficiais - não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, porque são tatuados...

A intolerância em relação ao diferente ou ao desconhecido é natural na criança, tanto quanto o instinto de se apossar de tudo o que deseja. A criança é educada para a tolerância pouco a pouco, assim como é educada para o respeito à propriedade alheia - antes mesmo do controle do próprio esfíncter. Infelizmente, se todos chegam ao controle do próprio corpo, a tolerância permanece um problema de educação permanente dos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença. (ECO, 2020, p. 42-43)

Na reflexão do autor, a intolerância mantém um quê de natural, o que é próprio do humano desde criança; contudo, isso não significa que não se possa ser tolerante uma vez que, socialmente, desde criança, o adulto passou e passa por processos educativos, através dos quais ele possa, assim como controlar seu corpo, aprender a tolerar o outro. Nesse viés, se essas diferenças funcionam como gatilho para acionar a intolerância à diversidade dentro do mesmo espaço, falando a mesma língua, compartilhando os mesmos costumes e bens culturais, a presença do estrangeiro (imigrante, refugiado etc.), vindo de alguns países, falando outras línguas, permite ao menos o questionamento de nossas práticas, nossos discursos e quem somos. Mais que isso: evidencia a hostilidade ou a hospitalidade diante do nosso próprio espelho.

2. A questão do estrangeiro no *Houaiss*

Ao refletir sobre as violências contra migrantes no Brasil, é preciso que nos questionemos sobre nossa própria concepção de estrangeiro. Nosso intuito é pensar nos saberes que reproduzimos de modo automático, sacralizado, sobre a permanência identitária irreversível da pessoa que se desloca como sendo estrangeira, sua língua materna, seus modos de falar em uma língua e até as marcas de sua estrangeiridade ao falar a “língua do outro”. Esse tema já foi e vem sendo objeto de muitos estudos, na ordem das representações e imaginários de línguas no campo da sociolinguística, da análise do discurso e da antropologia linguística. A bibliografia é vasta.

No entanto, para o que se propõe neste trabalho, é necessário então nos colocar algumas questões... O outro que chega é estrangeiro por que ele chega, por que ele não era “daqui”, por que o identificamos assim, por que ele se percebe e se sente estrangeiro? Em algum dia o estrangeiro deixaria de sê-lo? Ser estrangeiro é um estado permanente do humano, uma condição mais ou menos passageira? É possível deixar de ser estrangeiro-imigrante no momento em que ele ultrapassa a fronteira constituída pelos dispositivos legais que lhe impõem um conjunto de regras para ser acolhido ou permanecer no outro lugar? Há uma diferença entre nomear-se a si próprio estrangeiro e ser nomeado pelo outro? Onde reside esta diferença?

Embora estas questões nos pareçam demasiado amplas, e aqui não haja possibilidade de esgotá-las nem de lhes apresentar respostas objetivas, elas não residem tão somente a problemas de pesquisa em Análise do discurso. Elas se nos impõem como uma *questão filosófica*, seja na perspectiva analisada por Derrida (2003) no seminário “*Question d'étranger: venue de l'étranger*”, em 10 de janeiro de 1996, seja na esteira do que Di Cesare (2020) atualmente concebe como *filosofia da migração* ou, ainda, na ideia de Umberto Eco ao sugerir “uma fenomenologia dos diversos tipos de migração” (ECO, 2020, p. 25). Derrida (2003) problematiza a questão do estrangeiro na ética da hospitalidade. Ele nos conduz à fenomenologia do *ser estrangeiro*, nos convida a pensar o estrangeiro, nos impele à *questão do estrangeiro*, como se o próprio estrangeiro - do outro lado da margem - nos devolvesse as perguntas que lhe fazemos: quem é você?, qual é seu nome?, que língua fala?, de onde você vem? Di Cesare (2020), por sua vez, problematiza o significado de *habitar* e *migrar* e traz a questão do acolhimento e da convivialidade com o “estrangeiro residente”, propondo uma política da hospitalidade e um novo sentido de coabitação.

Aos analistas do discurso, esse problema reside na linguagem como objeto discursivo. É nos diferentes textos como os que circulam em redes sociais hoje, é nos instrumentos linguísticos canônicos, é nos discursos inscritos em várias formações que os sentidos se materializam sobre os sujeitos residentes da divisão “habitante” *versus* “migrante”. No que diz respeito aos estudos da linguagem e dos discursos, questões como essas nos conduzem antes de tudo aos dicionários no intuito de se avaliar as acepções que a língua portuguesa no Brasil foi capaz de monumentalizar, sacralizar ou fossilizar ao longo do tempo sobre o estrangeiro. Esse gesto de leitura do dicionário nos fará pensar no modo de funcionamento da própria entrada de concepção do estrangeiro, mas não qualquer forma de designação.

Em análise do discurso, não se pode desconsiderar que os agentes da documentação das línguas (dicionarista, lexicógrafo, gramáticos, linguistas etc.) também assumem um papel crucial na adoção de certas definições, elegendo o que entra nos dicionários e o que fica de fora. E um desses agentes de produção de discursos sobre as línguas e os falantes é o “sujeito lexicógrafo” (NUNES, 2003; 2006; 2010), responsável por estabelecer “uma relação muito específica com as palavras, ou seja, de modo geral, a de selecioná-las e produzir um discurso sobre elas.” (NUNES, 2010, p. 02). Para José Horta Nunes, o dicionário é um objeto de discurso lexicográfico não um mero repositório ou inventário de palavras de uma ou mais línguas.

Ao adotar especificamente o verbete *estrangeiro* como objeto dicionarizado, em língua portuguesa no Brasil, procuro estudá-lo no modo como as acepções dadas a este verbete produzem efeitos de verdade a partir do princípio da singularidade e sua manutenção entre uma infinidade de dizeres sobre o sujeito em deslocamento, aquele que migra dentro do próprio país de origem ou de um país a outro, seja como migrante ou imigrante. Por mais que as línguas sofram mudanças e sejam reflexos de variações no tempo-espaço, podendo ser perceptíveis numa análise diacrônica, é bem verdade que há, nestas línguas, registros estáveis em níveis morfológicos ou sintagmáticos tornando o discurso sobre o sujeito imigrante, por exemplo, um estado de verdade pelo princípio da rarefação dos enunciados de que trata Foucault (2008a). Sobre esse princípio, o filósofo afirma que

- Ela repousa no princípio de que nem tudo é sempre dito; em relação ao que poderia ser enunciado em língua natural, em relação à combinatória ilimitada dos elementos linguísticos, os enunciados (por numerosos que sejam) estão sempre em *deficit*; a partir da gramática e do tesouro vocabular⁴ de que se dispõe em dada época, relativamente poucas coisas são ditas em suma. Vamos, então, procurar o princípio da rarefação ou, pelo menos, do não-preenchimento do campo das formulações possíveis, tal como é aberto pela língua. A formação discursiva aparece, ao mesmo tempo, como princípio de escansão no emaranhado dos discursos e princípio de vacuidade no campo da linguagem. (FOUCAULT, 2008a, p. 135).

O “princípio de que nem tudo é sempre dito” nos leva à exterioridade da língua, ao silenciamento, ao que poderia ter sido dito sobre o estrangeiro entre as inúmeras possibilidades de formulações, mas foi excluído para que um certo modo de enunciar mantenha um dado enunciado e não outro em seu lugar. E pelo fato de a língua funcionar como um estado de verdade, o discurso funciona exatamente onde a tomamos como um *já-lá* (*é assim porque sempre foi, a palavra X significa Y, mas não Z*). Eis aí a compreensão de uma língua transparente e sem equívoco que devemos evitar para entender o funcionamento dos discursos.

Ora, obviamente os dicionários não evidenciam as nuances que a própria semântica dos discursos deixa emergir no funcionamento da língua na história, posto que tais instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992) apresentam um ideal de língua imaginária, sem falhas, sem equívocos, em que seus sentidos se apresentam de forma homogênea, como critica Orlandi (2002). Para a linguista, esse ideal é efeito dos processos discursivos na própria constituição dos dicionários, *é efeito da completude da*

⁴ *Tesouro vocabular* é uma expressão sinônima de dicionário ou inventário linguístico; é um instrumento linguístico como é a gramática na linha do que concebe Auroux (1992).

representação da língua no dicionário. Então, tal instrumento é, por natureza político-institucional, um objeto discursivo.

Ao adotar o dicionário, portanto, como instrumento linguístico e documento histórico no interior do qual se registram, se descrevem (e se legislam sobre saberes linguísticos) fragmentos de línguas, apresento no Quadro 1 oito verbetes correlacionados no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001) com o propósito de analisar, ainda que brevemente, o modo como o *sujeito em deslocamento* - não nacional de um determinado lugar, nação ou país - é nomeado, qualificado, definido, subjetivado na língua. Esse breve exercício pode nos permitir pensar, mais adiante, sobre o medo, a aversão e o ódio ao estrangeiro (residente ou não), reverberado em nossa atualidade, não como um problema novo, mas um discurso aparentemente novo cuja memória remonta a longa duração. Se por um lado os dicionários permitem compreender os sentidos que se atribuem ou foram atribuídos ao sujeito estrangeiro ao longo da história, por outro, deixam de fora a historicidade dos seus usos e perpetuam um saber sobre o Outro numa condição de exclusão.

Deve-se ainda dizer que este exercício não resulta de um exaustivo trabalho comparativo entre dicionários e períodos históricos diferentes, o que evidentemente traria resultados surpreendentes, como tem feito Tavares (2021) em sua arqueologia do sujeito sertanejo. A finalidade desta tarefa foi, em um primeiro momento da pesquisa, estudar em dicionários de uso contemporâneo alguns verbetes relacionados a pessoas em deslocamento a partir do termo “estrangeir-”. Neste artigo, adoto unicamente o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001).

VERBETE	DESCRIÇÃO
estrangeir-	el.comp. antepositivo, do fr. ant. <i>estranger</i> - atual <i>étranger</i> - ‘aquele que não é do país’ -, este de <i>estrange</i> - atual <i>étrange</i> - estrangeiro; fora do comum; extraordinário’ (lat.cl. <i>extraneus,a,um</i> , ‘de fora; que não pertence à família, ao país etc.’ <adv.prep.extra ‘na parte de fora, externamente; além de etc.’ ver EXTRA-) + o suf.fr.-ier (equivalente ao port. -EIRO, ver) que à frente de consoante palatal se reduz a -er; em curso no vern.desde o sXIV, tal el. ocorre em <i>estrangeirada</i> , <i>estrangeirado</i> , <i>estrangeiramento</i> , <i>estrangeirante</i> , <i>estrangeirar</i> , <i>estrangeirice</i> , <i>estrangeirinha</i> , <i>estrangeirismo</i> , <i>estrangeirista</i> , <i>estrangeirístico</i> , <i>estrangeirite</i> , <i>estrangeiro</i> , <i>estranja</i> ; ver ESTRANH-
estrangeirada	s.f. infrm.pej. 1 grande quantidade de estrangeiros <no passeio, a e. empolgava-se com tudo o que era visto> 2 obra, feito, trabalho executado por pessoa não natural do país onde se encontra ou vive. ETIM fem.substv de <i>estrangeirado</i> ; ver <i>estrangeir-</i>
estrangeirado	adj. (1758 AAPH VI 402) que se estrangeirou 1 que age, se comporta como um indivíduo estrangeiro ou que adota, quase sempre intencionalmente, o modo de vida, os costumes de país diverso daquele em que nasce 2 que procura falar ou fala como indivíduo de outra nacionalidade. adj.s.m HIST P 3 que ou aquele que, no sXVIII, seguia os princípios da razão iluminista, da filosofia das luzes, tendo-os estudado quase sempre em país estrangeiro (esp. França, Inglaterra e Itália) <pensador e.> <a influência dos e. foi decisiva para a execução das reformas pombalinas>. ETIM part. de <i>estrangeirar</i> ; ver <i>estrangeir-</i>
estrangeirar	v. (1758 AAPH VI 402) t.d. e pron. dar ou adquirir feição estrangeira <ele tenta e. sua fala, seus modos>. GRAM a respeito da conj. Deste verbo, ver - eirar. ETIM <i>estrangeiro</i> + -ar; ver <i>estrangeir-</i> ; f.hist. 1758 <i>estrangeirado</i>
estrangeirice	s.f. (1873 cf.DV) 1 ato, dito, feito etc. próprio de indivíduo ou de povo estrangeiro; costume característico de país estrangeiro 2 afeição demasiada a tudo o que é proveniente e característico de país diferente daquele em que se vive; xenomania, estrangeirismo. ETIM <i>estrangeiro</i> + -ice; ver <i>estrangeir-</i>
[estrangeiridade]	[nada consta]

estrangeirinha	s.f. (sXIX) <i>infrm.</i> 1 ardil, trapaça, velhacaria 2 notícia falsa; boato. ETIM fem.substv. de <i>estrangeirinho</i> , dim. de <i>estrangeiro</i> ; ver <i>estrangeir-</i> ; SIN/VAR ver sinonímia de <i>ardil</i> . ANT ver antonímia de <i>ardil</i> .
estrangeirismo	s.m. (1833 RevPhil 98) 1 influência ger. forte da cultura, dos costumes etc. de determinada nação sobre outra ou sobre uma parcela significativa dos indivíduos desta 2 LING palavra ou expressão estrangeira us. num texto em vernáculo, tomada como tal e não incorporada ao léxico da língua receptora; peregrinismo, xenismo cf. <i>empréstimo</i> 3 m.q. ESTRANGEIRICE ('afeição'). ETIM <i>estrangeiro</i> + -ismo; ver <i>estrangeir-</i>
estrangeiro	adj.s.m (sXIV cf. FichIVPM) 1 que ou o que é de outro país, que ou o que é proveniente, característico de outra nação <cidadão e.> (o e. já retornou a sua casa> 2 fig.p.us. que ou o que não pertence ou que se considera como não pertencente a uma região, classe ou meio; forasteiro, ádvana, <sentia-se e. naquele ambiente adverso>. s.m. 3 indivíduo de nacionalidade diversa daquela do país onde se encontra ou vive 4 o conjunto dos países em geral, excetuando-se aquele em que se nasce <o jornal recebeu notícia do e.> <adorava viajar pelo e.> 5 <i>infrm.</i> Idioma diferente daquele que se está considerando; idioma não vernáculo, idioma de outra nação <ele expressa-se em e.>. ETIM fr. <i>étranger</i> (sXIV) 'id.', de <i>étrange</i> (<i>estrange</i> sXII), do lat. <i>extraneus</i> , a, um 'o que é de fora', de <i>extra</i> 'fora'; ver <i>estrangeir-</i> ; f.hist. sXIV <i>strangeiro</i> , sXV <i>estrangeiro</i> . SIN/VER ver sinonímia de <i>ádvana</i> . COL <i>estrangeirada</i> NOÇÃO de 'estrangeiro', usar <i>anteptos</i> . barbar(i/o)-, <i>estrangeir-</i> e <i>xen(o)-</i>

QUADRO 1 - Verbetes relativos a estrangeiros no Dicionário Houaiss da língua portuguesa

Fonte: Houaiss e Villar (2001); elaborado pelo autor.

No Houaiss (2001), o elemento composicional “*estrangeir-*” forma sete verbetes em que o sujeito estrangeiro é descrito numa oposição de lugar marcada por uma fronteira nacional/internacional, uma posição de nascimento dentro e fora dessa fronteira, uma língua/um idioma, costumes, atitudes e hábitos culturais e comportamentais. A língua e a origem se traduzem, nesse sentido, como elementos fundantes na constituição do sujeito na diferença com o outro, “o nacional de” um lugar exterior. No entanto, o referido dicionário registra também concepções de estrangeiros quase sempre tomadas em sentido disfórico no uso, salvo em algumas situações. Mas esse tipo de avaliação acaba sendo superficial porque o dicionário é um instrumento linguístico de discurso lexicográfico, mas nele não se registra a língua na enunciação, motivada pelas condições de produção dos discursos em que *estrangeirada* e *estrangeirice*, por exemplo, produzem efeitos de sentido disfóricos.

Evidentemente, há exemplos que simulam os usos de estrangeiro e suas derivações em diversas situações, tanto positivados quanto negativados, na cultura. Assim, chama-nos a atenção o verbete “*estrangeirinha*” com acepção de ardil, trapaça, velhacaria, mas também notícia falsa e boato. Já o verbete *estrangeiro* já foi compreendido como forasteiro e ádvana. Em pesquisas recentes (RIBEIRO; MORENO; GARCIA, 2019; RIBEIRO, 2020; RIBEIRO, *no prelo*), cujo corpus foi constituído por textos jornalísticos e postagens em redes sociais dos últimos dez anos, não nos parece haver recorrência dessas palavras com efeitos disfóricos, mas a presença de algumas identidades estrangeiras (não qualquer uma) como fator de hostilidade e discriminação. A questão talvez não seria *haver* ou *não* usos disfóricos das palavras *estrangeiro* e *estrangeirada*, como ocorre por exemplo com *baianada* e *paraibada* nos dicionários, nos jornais de circulação *online* e em postagens em redes sociais, mas quais estrangeiros são dignos de hospitalidades e quais são de hostilidades numa dada formação discursiva (político-partidária, econômica etc.).

Voltando ao Quadro 1, ao analisar o verbete *estrangeirada*, dentre outras acepções, como o de coletivo de estrangeiros, o dicionário coloca “*obra, feito, trabalho executado por pessoa não natural do país onde se encontra ou vive*” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1261). A acepção em uso na língua e cultura brasileiras atualiza sentidos pejorativos da mesma lógica de usos de termos como *baianada*, *gauchada*, *paraibada* ou *paulistada*. Mas as palavras não funcionam numa clarividência em que seus sentidos revelam a verdade da língua e, por extensão, a verdade de seus falantes; as palavras atualizam sentidos pela historicidade dos enunciados em que elas se inscrevem a depender da posição-sujeito que seu usuário ocupa no interior de uma dada formação discursiva, das intuições e relações de saber-poder imbricadas na tomada da palavra e a depender dos dispositivos e das correlações de força de que trata Foucault (1999) em sua analítica do poder.

3. A questão do estrangeiro na história

Na medida em que o Estado descreve o corpo do estrangeiro, legisla sobre ele e lhe impõe regras, segundo a lógica do biopoder, define-o segundo a língua desse Estado (FOUCAULT, 1999), há distintos modos de concebê-lo, variando conforme a ética na qual se ancoram os processos de subjetivação na história e na política. É preciso ainda dizer que a língua do Estado, às vezes, se confunde com a língua do direito e se esforça para diferenciar-se da língua política que insiste em definir o estrangeiro mediante seus jogos discursivos. Derrida (2003, p. 15), analisando o diálogo *politikós* platônico, afirma que “o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc.”

É possível, pois, conceber o estrangeiro em longa, média e curta durações, a partir das quais há sempre um atravessamento da memória nos sentidos que adotamos para um dado grupo de indivíduos permeado pelas relações de poder. Diante disso, compreendo que nossas concepções de estrangeiro historicamente são reflexos do modo como nos relacionamos com o Outro e de como o Estado nos subjetiva na medida em que ele nos conduz a seu total controle (FOUCAULT, 2009).

A partir dessa compreensão, entendo que haja, no mínimo, três ordens de sentido de estrangeiro e de estrangeiridade, conforme ditas temporalidades: (i) sentidos clássicos que remontam aos gregos e romanos na sociedade ocidental (BASLEZ, 2008) ao definirem os pertencidos ou não pertencidos a *pólis*, *urbs* e *civitas*; quem era bárbaro, quem era meteco e quem era cidadão grego; (ii) sentidos de estrangeiros geridos nos processos de colonização e conquista das Américas (TODOROV, 1999) com suas violências contra negros, negras e indígenas escravizados, com a formação dos estados-nações, com a definição de uma identidade nacional, com uma língua europeia homogeneizante - na qual todos eram obrigados a [se] significar, com suas leis e sua gramática e, através, da manutenção de um poder pastoral (FOUCAULT, 2008a; 2008b) que atravessou toda a era cristã na arte de conduzir e governar a população; (iii) mas há ainda sentidos discriminatórios de estrangeiros gestados na ética capitalista e neoliberal, pós-colonial, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, que produziu crises migratórias irreparáveis pelo mundo a fora, fortaleceu e disseminou o ódio aos judeus

(antisemitismo) e, neste século XXI, com os atentados de 11 de Setembro de 2001, promoveu a reiterada islamofobia até nossos dias. Mas não só isso! A própria condução da Guerra Fria, até o início dos anos 1990 e seus reflexos, produziram conflitos locais, levando grupos de sujeitos a se deslocarem, a se submeterem a uma outra língua e a demais instrumentos do novo Estado, sofrendo velhas e novas violências como nos fez pensar Foucault (2001) na entrevista ao jornal japonês sobre o problema dos refugiados.

Nos discursos políticos, na América Latina em particular, surge, no decorrer das ditaduras militares, a figura do “inimigo comum” e dos “comunistas”, constantemente nomeados em coletivos como os “estrangeiros”, os “imigrantes”, os “espiões”, os “traidores”, os “*malinches*”⁵ (em espanhol), traduzindo-se como os corpos indesejados, promotores da desordem social generalizada e um agravante econômico. Assim, a língua estrangeira, as ideias políticas progressistas, as religiões não cristãs, o ateísmo, a diversidade sexual, identitária e cultural, ou mesmo, a simples presença do estrangeiro, passam a ser vigiadas como constantes ameaças. Então, contra isso, figuras “intelectuais” e políticas, como Olavo de Carvalho para o bolsonarismo, por exemplo, surgem como referências idealizadas, seres messiânicos, guardiões da pátria, da moral e dos bons costumes, não apenas com ânsia de retorno à saudosa tradição, mas dispostos a desconstruir e desmontar princípios e valores progressistas, democráticos, socialistas e igualitários construídos a penosas lutas em prol de direitos político-sociais pautados nos direitos humanos. Essas figuras, nas primeiras duas décadas deste século, são a base do que o etnógrafo americano Benjamin Teitelbaum e o historiador britânico Mark Sedgwick concebem como tradicionalismo, movimento antiprogressista ou doutrina intelectual (TEITELBAUM, 2020) pautado em um projeto político desconstrutivista, negacionista e fortemente vinculado ao fundamentalismo religioso. Sedgwick (2020) vai remontar os séculos XIX e XX, procurando entender a relação entre o tradicionalismo ocidental e europeu e as verdades religiosas, particularmente no mundo islâmico, que deram sustentação às forças antidemocráticas da segunda metade do séc. XX.

A partir dessa leitura, ao refletir nossa contemporaneidade política, penso que o século XXI ressoa ainda os traumas do período entreguerras, do pós-guerra, das ditaduras civis-militares na América Latina e da Guerra Fria, cujos sintomas se manifestam hoje em seus descendentes, com o acirramento de sistemáticas políticas de violências contra os estrangeiros, na esteira dos ideais do tradicionalismo de outrora, ressuscitado com os discursos de ódio em nosso presente. O estado neoliberal é o regulador, senão promotor, das políticas de dissenso e da retórica da incompreensão, seguindo o pensamento de Angenot (2015), na esteira daquilo que ele analisa como *as retóricas da*

⁵ Cf. *los malinches e el malinchismo* no México e em países adjacentes (TODOROV, 1999). Também conhecido como Malintzin e Doña Marina, Malinche (1496-1529 ou 1551) foi uma indígena nahuatl de etnia Nahua, no Golfo do México, tornando-se companheira, amante, confidente e tradutora do colonizador espanhol Hernán Cortez na conquista do México. Conhecida por dominar várias línguas originárias, como a língua asteca (nahuatl) e maia, a do colonizador, seu nome acabou originando a expressão *la malinche*, com sentidos tanto de tradutor quanto de traidor. Ideologicamente, na esfera política, o uso da expressão passou à ideia de desconfiança; no universo do domínio das línguas estrangeiras, *malinchismo* também foi usado no sentido de estrangeiro manipulador e indigno de confiança por não traduzir a “verdade da língua”. Para Todorov (1999), no entanto, Malinche é o símbolo do processo de miscigenação entre astecas e espanhóis na América do Norte.

hegemonia e da dissidência, da confiança e da autoridade. O irônico disso tudo é que os sentidos de estrangeiro constituídos na ética da hostilidade e da desconfiança expõem a contradição das sociedades atuais e do próprio modelo de governança, adotado por representantes políticos, que falam em *integração regional* e *globalização* (ou *mondialisation*) em seus discursos na ONU, mas, ao mesmo tempo, compactuam com a terminologia política das muralhas e do fechamento de fronteiras, repetindo as velhas práticas e os velhos discursos.

Eis a ética da hospitalidade que pressupõe a hostilidade, já que o estado neoliberal produz a crise migratória e, em seguida, impõe política de controle das fronteiras contra os inúmeros refugiados. Nesse viés, urge uma luta, todo um esforço pautado nos Direitos Humanos, para ressignificar os sentidos de estrangeiro, apresentando-nos um espelho onde reflita nossa história descontínua e nele reconhecamos não apenas nosso estado de inércia e permanência absoluta, mas uma trilha de trânsitos, um rompimento de fronteiras e uma forte recusa ao tradicionalismo. É através desse espelho que podemos ver, num segundo plano, nossa condição de estrangeiridade refletida e refratada porque nossos ancestrais por vontade própria ou à força também foram deslocados. Dessa forma, é preciso refutar a ideia de que tudo o que não é refratado em nosso espelho é, portanto, nosso grande inimigo.

4. A estrangeiridade enquanto objeto de discurso

Vimos até aqui que os sentidos de estrangeiro são constituídos segundo uma determinada ética, marcada pela temporalidade e pela própria concepção de Estado moderno que incide nas práticas de subjetivação dos corpos. Ser estrangeiro na idade clássica estava tão vinculado ao sentido de *pólis* e *cidadania* (BASLEZ, 2008) como hoje o nacional e o nativo se definem a partir da existência de uma fronteira geográfica, política ou simbólica que interpela os indivíduos em trânsito ou em deslocamento ao opor imigrante a habitante, como analisa Di Cesare (2020). As concepções de nação, estado e país mudaram historicamente como mudam os indivíduos, mas as fronteiras simbólicas parecem bastante rígidas e inabaláveis, produzindo efeitos de continuidades a despeito das discontinuidades históricas.

A estrangeiridade (*estraneità*) é uma condição atrelada às experiências do sujeito em deslocamento ou deslocado e em encontro intercultural, isto é, em encontro com o Outro a partir do qual ambos (Eu e Outro) se percebem e percebem um ao outro nas diferenças linguísticas, culturais, religiosas, históricas etc. E essa relação jamais é despreendida do vínculo entre nacional e estrangeiro com o Estado. O Estado organiza os instrumentos, os dispositivos e as técnicas, institucionalizando o método e as regras que passam a exercer e/ou a aplicar ao estrangeiro, produzindo sujeitos em condição de estrangeiridade (ou de *extranjería*, diria Goldstein (2006)). É a partir dessa condição entre o deslocamento e o contato com a alteridade que é preciso refletir sobre algumas vivências de materialização de atitudes xenofóbicas, glotofóbicas e racistas no interior das instituições. Nelas, as línguas materializam o desentendimento e sua incompletude no dizer, na impossibilidade de tudo dizer; ela faz parte dos processos de subjetivação do outro, constituindo sua estrangeiridade quer se queira quer não.

Ao chegar em outro território, o estrangeiro se submete à língua “primeira” do seu novo lugar (sua língua segunda) e é obrigado a tudo entender, a fazer-se entendido. Isso não se deu de modo diferente, por exemplo, no Brasil colonial em que negros e indígenas foram obrigados a esconder suas expressões, sua existência linguística, para vestir-se de uma língua-cultura-crença portuguesa (cf. *colonização linguística* em Mariani (2004)), como também não foi diferente aos imigrantes árabes, asiáticos e europeus fugidos das guerras do séc. XX, devendo-se submeter ao português brasileiro homogeneizante do regime ditatorial getulista (Estado Novo). Por exemplo: com um projeto político altamente nacionalista e de política linguística antiestrangeira, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Governo de Getúlio Vargas instituiu o “crime idiomático” e proibiu o alemão, o italiano e o japonês em espaços públicos bem como o ensino de línguas estrangeiras (CAMPOS, 1998). Assim, condenou a estrangeiridade ao silêncio em prol de um forte nacionalismo onde a retórica da hostilidade e o discurso xenofóbico hoje mantêm suas heranças.

Na psicologia social, a ideia de estrangeiridade já esteve vinculada à ideia de ser ou parecer estrangeiro ou de assumir-se estrangeiro no interior do seu próprio país ou lugar de origem, por vezes o lugar onde se é estranho ou se experimenta a estranheza. Tal noção parece bastante restrita ao indivíduo. A psicanálise, por sua vez, tratou desse tema sob outra ótica, evitando a ideia de uma autopercepção do indivíduo. Embora não apresente aqui uma abordagem psicanalítica da noção de estrangeiridade concebendo-a como sofrimento, trauma, ressalto que alguns autores têm o cuidado de não a tomar como um estado de ser do sujeito, um problema de identidade abstrata, imutável, transparente. Mallard, Cremaso e Metraux (2015), por exemplo, tratam do tema entendendo a *condição de estrangeiridade* como sendo implícita da constituição humana experienciada por sujeitos em algum momento da vida. Eles estabelecem uma diferença entre “ser estrangeiro” e “estar em condição de estrangeiridade”, a partir da qual analisam os efeitos de sofrimento psíquico, queixas e outras questões psíquicas apresentadas por estudantes intercambistas não brasileiros oriundos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), portanto, falantes do “mesmo” idioma. Os autores afirmam: “A condição da estrangeiridade está vinculada a uma vulnerabilidade que não necessariamente é vivida por todo estrangeiro.” (MALLARD; CREMASO; METRAUX, 2015, p. 126).

No Brasil, tal termo parece longe de se dicionarizar no *Houaiss*, onde ainda não há nenhum verbebo na lista daqueles que apresentei no Quadro 1, nem mesmo no sistema de busca do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (ABL)⁶. No entanto, seu uso tem sido recorrente na esfera dos discursos científicos. Estes trabalhos resultam de estudos majoritariamente do campo da psicologia social, que tem tratado o tema no bojo da problemática da identidade e da diferença, alteridade e estranheza, vulnerabilidade psíquica e hospitalidade civil, mas também dos deslocamentos que afetam a saúde psíquica dos indivíduos em condição de estrangeiridade (MALLARD, 2013).

A questão da estrangeiridade como objeto de estudos da linguagem, particularmente no da análise do discurso, é quase inexistente, salvo em raros trabalhos que tomam por tema o problema da intolerância e da xenofobia contra “os povos em deslocamento” como objeto de estudo discursivo,

⁶ Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 18 abr. 2021.

como é o caso da pesquisa de Corsi (2020) ao problematizar a cordialidade brasileira no bojo do discurso político. Em função dos poucos estudos, é preciso refletir mais, nesse terreno teórico, sobre a relação do fenômeno da intolerância e da hostilidade ao estrangeiro com a questão da própria língua que materializa os sentidos que se atribuem aos estrangeiros e à sua condição de estrangeiridade, sua língua e seu modo de ser.

Tenho pensado, em um primeiro momento destes estudos, a estrangeiridade no plano simbólico - evitando a ideia de sofrimento do indivíduo -, reflito sobre o modo como o outro nos significa para, em seguida, me voltar ao político-ideológico. Evidentemente essa é uma escolha didática, posto que tais questões como objeto discursivo, pensadas em sua relação com a língua, não estão desvinculadas do político nem do simbólico. Essa questão parece nos colocar diante daquilo que Goldstein (2006) chama de *extranjería* (no espanhol) ao que ela concebe como “o produto da concatenação dos símbolos linguísticos que estabelecem as diferenças” (p. 33; *tradução minha*), mas também “um sentimento, uma realidade ou uma posição simbólica” (p. 45; *tradução minha*). Para ela, tal questão está diretamente vinculada ao desejo humano de migrar, motor de viagens para e por lugares desconhecidos. A autora compreende que a condição de migrante é intrínseca ao desejo humano de mudar de lugar, experimentar novos caminhos de estrangeirizações, ou seja, novas práticas de subjetivação na esfera simbólica. Ocorre que, se por um lado, migrar e ser estrangeiro nos processos de deslocamento são condições intrínsecas e essenciais do indivíduo; por outro, a migração forçada - o que implica em imigração e refúgio, nos termos de Eco (2020) - sob promoção dos antagonismos excessivos e inconciliáveis das sociedades, de que fala Foucault (2001), expõe os indivíduos a condições desumanas, conduzindo-os aos deslocamentos massivos. Então essa condição também os coloca diante de toda sorte de violência, a começar pela língua, outros signos culturais e até mesmo seu silenciamento.

Portanto, a estrangeiridade diz respeito à condição de estrangeiro residente ou não, sobre a qual há produção de discursos histórica e socialmente situados no tempo e no espaço. Tais discursos podem estar em consonância ou dissonância com seus diferentes modos de vida, com os bens simbólicos e os costumes que o constituem na relação com o outro, não sendo possível haver identidade, alteridade, diferença⁷, o que discursivamente se constitui como efeito de sentidos, não como transparência de um grupo homogêneo (o estrangeiro X o autóctone). Teoricamente, o conceito de estrangeiridade não se confunde com o de estrangeiro, que é um sujeito do discurso e constituído pelo discurso; tampouco deve ser confundido com um indivíduo para o Estado, ao legislar sobre ele e rotulá-lo (exilado, asilado, visitante, turista estrangeiro, migrante, imigrante, refugiado, estrangeiro residente, apátrida, naturalizado etc.). A estrangeiridade é da ordem dos saberes e dos dizeres sobre os estrangeiros, incluindo os saberes científicos e legais, os significados que eles se atribuem, as línguas que falam, as identidades que eles assumem, nos lugares onde vivem ou por onde circulam, o sentimento do nacional em relação à língua familiar, primeira ou segunda, aos costumes, à religião, à cultura e ao país do outro que ele assume como seu. Nesse sentido em particular, um nacional,

⁷ Refiro-me, de modo particular, à leitura foucaultiana de Stuart Hall (2014, 2016) para pensar a noção de representação, identidade e diferença nos estudos culturais tendo em vista conceitos caros à Michel Foucault como discurso, sujeito e poder.

vivendo em seu próprio país ou estado, pode identificar-se com o Outro-estrangeiro ou sentir-se estrangeiro na sua própria cultura e sociedade mediante o sentimento de xenofilia. Mas também diz respeito ao deslocamento, ao não pertencimento incluindo aí o sentimento ou a sensação psíquica de não fazer parte, estar fora de seu lugar de formação identitária e apreensão de significados próximo daquilo que os francófonos concebem por *dépaysement*.

5. Da intolerância ao estrangeiro à intolerância linguística: um gesto analítico

Tratei até aqui do problema da estrangeiridade fazendo uma síntese dos sentidos de estrangeiro e do modo como essa questão está relacionada à retórica de hospitalidade e da hostilidade, nas palavras de Derrida (2003), do sujeito não cidadão ou não nacional, no fio da história de longa e média durações. Cabe agora pensar na relação entre a discriminação contra o estrangeiro e a língua como gesto de intolerância.

Não podemos perder de vista as distintas formas de violências que atingem as pessoas em deslocamento, seja na condição de migrante, imigrante, exilado, refugiado, estrangeiro residente, passageiro ou turista etc. Tais violências se materializam na linguagem e nas práticas discursivas e não discursivas, sustentando-se num fator econômico, religioso, intercultural, racial, geográfico, político ou linguístico. Aqui trago noções como xenofobia, glotofobia e intolerância linguística no intuito de marcar estas expressões não apenas como uma terminologia vinculada aos estudos da estrangeiridade, mas como fenômenos analisados em distintas perspectivas, portanto, objetos de estudo indissociáveis dos processos identitários. A intolerância à língua do estrangeiro (não necessariamente sua língua materna) acaba por se configurar como glotofobia, por exemplo, o que desliza para um processo discriminatório em que o outro é violado por sua condição de estrangeiro e seu modo de falar. Dito isso, é preciso perguntar: o que entendemos por xenofobia e por glotofobia? Estes termos parecem autoexplicativos, uma vez que o primeiro nos leva à fobia do estrangeiro (*xénos*) e o segundo à fobia da língua (*gloto/glosso*).

O modo como a xenofobia e a glotofobia se manifestam no Brasil é diferente daquele como ocorre na França ou em Portugal, por exemplo, ainda que haja, de alguma maneira, semelhanças no interior destas especificidades, a exemplo da classe social, do fator socioeconômico ou da variedade linguística no interior da lusofonia.

A manifestação destes fenômenos no Brasil tem uma base etnológico-racial, muitas vezes religiosa, e se estrutura em torno das dicotomias branco e não branco, cristão e não cristão (muçulmano, umbandista etc.), pobres e não pobres. Isso equivale a dizer que, ainda que se revele ante a figura de um estrangeiro, a aversão ao estrangeiro negro não está no mesmo nível da aversão ao estrangeiro branco de procedência europeia ou norte-americana, concebido no imaginário coletivo brasileiro como *gringo* conforme venho apontando em recentes pesquisas (RIBEIRO, *no prelo*).

Na França, por sua vez, é comum ecoar nos discursos da extrema direita enunciados xenofóbicos dirigidos a argelinos e marroquinos brancos, não necessariamente por uma questão de cor da pele, mas por outros determinantes, como é o caso do culto ao islamismo e de um modelo de governança que desconsidera o princípio do estado laico. A islamofobia naquele país tem sido objeto de notícias, estudos científicos e muito debate na mídia quando, volta e meia, se discriminam reuniões de árabes, sua religião e sua língua nos espaços e serviços públicos, como discute Eco (2020). O jornal satírico francês *Charlie Hebdo* tem sido alvo de duras críticas⁸, como sendo racista, islamofóbico e xenofóbico, em função de suas publicações satíricas, caricaturas do profeta Maomé, charges de teor islamofóbico e outras discriminações, mas se defende sob a rubrica da *liberdade de expressão* e do exercício livre da comunicação como valores democráticos previstos na Quinta República.

Já em Portugal, a forte presença turística e imigração de brasileiros, nos últimos anos, tem motivado a brasilofofia (medo, desprezo, aversão e ódio a brasileiros naquele país); tal discriminação recai diretamente na questão linguística. Brasileiros têm denunciado repetidos casos⁹ de discriminação linguística contra sua variante, fato que leva seus filhos a receberem notas menores e tratamentos discriminatórios nas escolas portuguesas em função da produção escrita ou oral na norma brasileira, o que muito difere da norma europeia em vários aspectos. Esse tipo de discriminação tem desafiado o conceito de língua pluricêntrica (CLYNE, 1992; CLYNE; KIPP, 1999; MENDES, 2016), cuja abordagem, além de combater a visão monolíngue, nacionalista e linguicida que viola os direitos linguísticos da CPLP, promove uma educação linguística intercultural pautada no plurilinguismo e na diversidade de expressão, exatamente para combater a discriminação, a intolerância, o linguicídio e a glotofobia, além de outros objetivos igualmente importantes. Isso não quer dizer que o conceito de pluricentrismo não produza efeito de homogeneização nem que o “pluri” descentralize o “centro” linguístico colonizador. Enfim, tanto o exemplo francês quanto o português nos permitem entender que os critérios discriminatórios contra os povos em deslocamento e suas línguas não se estabelecem de modo idêntico em contextos distintos, devido às condições sócio-históricas de produção dos discursos nos distintos países, mas apresentam regularidades que residem no problema da identidade e da alteridade na condição de estrangeiridade.

5.1 Intolerância ao estrangeiro

Outra noção crucial para pensar o tema da estrangeiridade diz respeito aos discursos de ódio, aversão, desprezo ou desprestígio ao estrangeiro, (i)migrante ou exilado, o que concebemos por um tipo de fobia específica: o ódio de *xénos*, a xenofobia. A noção de *xenofobia* pode assumir distintas facetas

⁸Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/01/14/01016-20160114ARTFIG00112-que-serait-devenu-le-petit-aylan-s-il-avait-grand-charlie-hebdo-choque.php>. Acesso em: 08 jun. 2021.

⁹ Cf. Artigo do site Sputnik Brasil. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/sociedade/2021042317391683-a-professora-mandou-minha-filha-por-o-lapis-na-boca-para-treinar-sotaque-portugues-diz-brasileira/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

ao longo da história, em longa, média e curta durações, conforme Baslez (2008), tendo sempre sujeitos representados por um “outro” (“eles”, os não pertencidos), um “eu” (“nós”, os pertencidos), um lugar (dentro e fora num espaço enunciativo e num território X), um evento, um acontecimento, uma prática ou atitude de rejeição e uma gama de valores simbólicos. É mediante tais valores que estes personagens (como agente e/ou paciente) assumem consciente ou inconscientemente um lugar na cena de uma narrativa discriminatória ou xenofóbica quando assim se configura. Os valores se constituem numa relação de assimetria em que os discursos xenofóbicos de modo geral, bem como o crime de discurso de ódio em particular, fazem do violador aquele que subjuga e desumaniza o outro-estrangeiro, fala para ele e por ele, sem lhe permitir o diálogo e a escuta. A negação de sua língua e seu direito de fala e de escuta já se configura por si só como uma atitude violenta porque nega a sua existência enquanto sujeito do discurso.

Segundo o historiador brasileiro Durval Albuquerque Júnior, na introdução do seu livro *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro*, publicado em 2016:

A xenofobia implica uma delimitação espacial, uma territorialidade, uma comunidade, em que se estabelece um dentro e um fora, uma interioridade e uma exterioridade, tanto material quanto simbólica, tanto territorial quanto cultural, fazendo daquele que vem de fora desse território ou dessa cultura um estranho ao qual se recusa, se rejeita com maior ou menor intensidade. (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 9).

São inúmeras as concepções de xenofobia nas ciências humanas: desde a reprodução daquelas mais clássicas, que apresentam os dicionários e seus verbetes, àquelas apresentadas por cientistas sociais, historiadores e demais pesquisadores em seus inúmeros domínios teóricos. Como já demonstramos em outros trabalhos (RIBEIRO; MORENO; GARCIA, 2019; RIBEIRO, 2020), as definições surgem desde uma abordagem mais genérica (presentes nos dicionários, alheias à enunciação) às mais específicas a depender do modo como ela se manifesta nas instituições aí implicadas e são dirigidas a determinadas categorias de sujeito. Seja a xenofobia e o racismo das elites (VAN DIJK, 2005) e a xenofobia popular (LAURENS, 2006), seja a xenofobia de Estado ou de Governo (VALLUY, 2008), a questão da violência contra pessoas em deslocamento vai apresentar formas materiais na linguagem e nos diversos espaços de circulação dos discursos, sobretudo nas redes sociais nos dias de hoje. Tem-se uma falsa compreensão de que nestas redes se pode tudo dizer e, ao mesmo tempo, ocultar a autoria do enunciador, suas marcas, tornar-se invisível do outro lado das telas enquanto se colabora com a narrativa da hostilidade.

5.2 A intolerância à língua do estrangeiro

A glotofobia é, por sua vez, uma noção ainda pouco difundida nos estudos linguísticos brasileiros, ainda que seu fenômeno seja bastante estudado no Brasil quando se trata das discriminações dos falares e dos falantes das variedades “ditas” desprestigiadas do português brasileiro. Refiro-me particularmente à tradição dos estudos da sociolinguística laboviana e variacionista e daqueles que estudam discriminação e preconceito linguísticos considerando a língua em uso, os contatos

linguísticos, a relação língua, ideologia, poder e classe social (cf. BAGNO, 2007). Problemas como *preconceito linguístico*, *discriminação linguística* e *racismo linguístico*, por exemplo, podem se configurar como aquilo que Philippe Blanchet concebe como *glotofobia*, ressalvadas suas diferenças epistemológicas, campo de pesquisa e contextos onde se emprega tal terminologia; no entanto, precisamos ter muito cuidado ao mobilizar estes conceitos por uma série de questões que vão desde a abordagem epistemológica ao sujeito discriminado. Emprego *glotofobia* em meus estudos sobre intolerância e hostilidade aos estrangeiros quando a discriminação linguística vem vinculada à origem, à identidade¹⁰ étnico-racial, ao deslocamento e a outras questões condicionadas à estrangeiridade do sujeito. Então não se trata apenas de uma questão de língua nem de linguagem como sistema semiótico, mas de quem e como se emprega, que posição-sujeito se assume, seja a língua materna do estrangeiro no Brasil, seja a língua portuguesa falada pelo estrangeiro em qualquer que seja sua variedade de uso. Trata-se, pois, de analisar o funcionamento dos discursos tendo a língua e outros sistemas semióticos como sua materialidade desse discurso. Portanto, é o funcionamento do discurso que deve prevalecer nessa reflexão e não a centralidade da língua em si mesma como objeto de análise.

Gltofobia e gltofilia então são categorias atreladas aos discursos sobre estrangeiros e à condição de estrangeiridade como processo e construto discursivos, havendo relação direta com o problema da xenofobia e/ou da xenofilia. Toda atitude xenofóbica diante do Outro implica uma xenofilia, um apreço passional sobre o que é seu, o que lhe é próximo, o que é da ordem daquilo que se assume como positivo numa dada cultura. Então se um paciente xenófobo prefere ser atendido no Brasil por um médico branco português e não por um médico negro cubano, simplesmente por um argumento racial ou político-ideológico (branco x negro; europeu x latino-americano; português x cubano; governo neoliberal x governo socialista), o fenômeno da xenofobia e da xenofilia se apresenta paralelamente. Do mesmo modo, ocorre com a gltofobia e a gltofilia.

Nesse sentido, ainda que um brasileiro sofra discriminação e preconceito linguísticos no interior do Brasil, nosso olhar se volta aos discursos xenofóbicos em que o falante é concebido numa relação espacial e simbólica externa ao lugar do xenófobo. Logo, tal falante sofre xenofobia e gltofobia não apenas por uma questão meramente linguística determinada por classe, gênero, escolaridade etc., da ordem do que convém chamar de preconceito linguístico, mas por uma série de determinantes e discursos que promovem uma divisão hierárquica, excludente e hostil em relação ao outro. É nesse sentido que, nos últimos anos, assistimos a dezenas de ocorrências de ataques xenofóbicos contra brasileiros nordestinos, ultrapassando uma questão linguística como a prosódia, o sotaque ou uma diferença fonético-fonológica como palatalização de consoantes oclusivas dentais /t/ e /d/. Mais que isso, há discursos sobre o Nordeste brasileiro que recaem sobre os falantes e seus falares,

¹⁰ Não é meu objetivo neste ensaio discutir as condições de produção discursiva determinadas pelos atravessamentos constitutivos do sujeito do discurso, os diálogos transdisciplinares nem interseccionais para pensar as questões de gênero, de classe social, de origem, de processos de identificação étnico-racial. Evidencio aqui que o modo como se constitui o sujeito estrangeiro e sua estrangeiridade, na linha do que Foucault (2009) concebe *sujeito e poder-saber*, se dá também por distintos critérios (não excludentes) como o racial, origem/procedência, classe, gênero etc.

havendo também enunciados vinculados aos preconceitos de origem, de classe social e econômica (aporofobia, nos termos de Cortina (2020)), étnico-racial, religiosa e político-ideológica, que atualiza pré-construídos sacralizados no imaginário coletivo.

Tecidas estas reflexões acima a título de compreensão do quão complexa é a intolerância ao outro pela língua, identidade étnico-racial e origem, cabe agora voltar à definição de glotofobia. O sociolinguista francês Philippe Blanchet, em vários de seus trabalhos (BLANCHET, 2013; 2014; 2016) concebe glotofobia como um tipo de discriminação constituída na diferença entre sujeitos falantes, cujos critérios são ilegítimos e ilegais, e o tratamento desta diferença se sustenta em ideologia linguística homogeneizante. Segundo o autor, a glotofobia instaura uma glotofilia, uma vez que se sobrevaloriza ou se sacraliza uma língua ou mais de uma variante linguística, e se menosprezam outras variedades e registros linguísticos mediante os frequentes discursos qualificadores atrelados a suposta qualidade, inteligibilidade, elegância, melodia e universalismo da tal “língua superior”. Ele considera o seguinte:

a glotofobia implica uma glotofilia (apego muito forte a uma e, às vezes, a várias variedades linguísticas) que conduz, frequentemente, a uma verdadeira glotomania (a sobrevalorização, ou até mesmo a sacralização, de uma ou várias variedades linguísticas, línguas distintas ou forma de falar uma língua em relação a outras). E, inversamente, toda glotomania implica uma glotofobia: cada vez que se sobrevaloriza, que se reverencia uma língua ou forma de falar, outras são desvalorizadas, mesmo que implicitamente. Os discursos frequentes sobre as qualidades superiores da língua francesa reduzida a sua norma padrão (supostamente “clara”, “elegante”, “do pensamento”, “universal”) são exemplos fortes de uma glotofilia que resulta em glotomania, cuja outra face é uma glotofobia contra outras línguas ou variedades de uma língua, supostamente inferiores porque são consideradas menos claras, menos elegantes, menos capazes de exprimir um pensamento e os discursos universais (o que não tem nenhum fundamento). (BLANCHET, 2014, p. 13).

O linguista prefere, portanto, o termo glotofobia a discriminações linguísticas, por entender que o primeiro se inscreve no terreno das alterofobias, isto é, das fobias relativas a origem, religião, orientação sexual, identidade cultural, filiação política etc. Então a questão não se refere exclusivamente ao uso da língua e ao funcionamento das práticas sociais de linguagem; mas está posta em relação às demais fobias que o falante venha a sofrer. Philippe Blanchet, enfim, trata da glotofobia, da glotofilia e da glotomania como processos valorativos constitutivos da minoritarização e minorização (BLANCHET, 2005) das línguas e dos sujeitos falantes historicamente minorizados pelos discursos hegemônicos.

Diante do exposto, o tema da glotofobia e das fobias que violam os direitos individuais e coletivos dos falantes em condição de estrangeiridade se adequa à questão da xenofobia, tendo em vista que a intolerância linguística e étnico-racial intersecciona com as discriminações de origem, classe social, identidade etc. Então, quando o estrangeiro sofre algum tipo de fobia, não é difícil perceber que a questão racial, a procedência, sua pertença a uma dada classe social e condição econômica, a primeira e a segunda língua ou alguns hábitos culturais são evocados como um elemento identitário simbólico marcador da diferença e da minorização. Isso define aquilo que chamarei de intolerâncias linguística e intercultural relacionadas diretamente com a condição de estrangeiridade que discuti anteriormente.

Para exemplificar essa questão, analisarei a seguir uma postagem, objeto de polêmica na qual se envolveu a jornalista portuguesa Clara Ferreira Alves após publicar em sua coluna no *Jornal Expresso*¹¹ o que se lê na imagem da Figura 1. O trecho foi postado pelo coletivo de mulheres Plataforma Geni¹², no Instagram (@plataformageni), que definiu o ato como “preconceito linguístico”. Logo a polêmica se espalhou pelas redes sendo noticiada também como gesto xenofóbico e racista.



FIGURA 1 – Publicação de portuguesa Clara Ferreira Alves
 Fonte: perfil Instagram @plataformageni

A coluna traz uma série de problemas, cujas análises bem apuradas nos cobraríamos um novo artigo. Ficou claro que o primeiro incômodo da jornalista, mas não o único, tem início na grafia de “diretor”, que oscila em manter ou suprimir a letra “c” para *director*, como é de uso da variante europeia. Esse é mais um tema sem consenso no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP) de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2016, tornando-se obrigatório na abrangência da lusofonia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e ao que a jornalista faz referência. Além disso, sua linha argumentativa se fundamenta em alguns preconceitos, por meio dos quais ela reduz as variantes africanas e brasileiras ao conceito de *patois*, dialeto, língua menor ou não língua. A palavra francesa *patois* (patoá, em português), comumente usada em sentido pejorativo, corresponde a dialeto, língua ágrafa rural, dialeto caipira, linguagem de matuto, sublíngua etc. Em posição

¹¹ O trecho pode ser lido no artigo da jornalista disponível em: <https://estatuadesal.com/2021/05/23/povo-pronto-para-todo-o-servico/>. Acesso em: 14 set. 2021.

¹² “A GENI é uma plataforma de mulheres, sem fins lucrativos, autônoma, apartidária, mas não apolítica, que trabalha pela efetividade dos direitos das mulheres migrantes em Portugal e promove o empoderamento feminino.” Segundo consta em seu site, o coletivo trabalha em três áreas: “a igualdade de gênero, a migração de mulheres e o combate ao racismo e xenofobia.” Disponível em: <https://plataformageni.wordpress.com/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

contrária às variantes africanas e brasileiras, a jornalista situa as línguas anglo-saxãs, ao lado das quais certamente gostaria de ver a imaginária variante de Luís de Camões, se não fosse o tal acordo que “cortou as suas raízes latinas na ortografia e na fonética”, como escreve a jornalista. Para fechar sua coluna no jornal lusitano, não lhe faltaram palavras para revelar mais preconceito: “E onde ninguém compra ou lê livros”¹³, contrariando os números do mercado editorial em crescimento no Brasil e as pesquisas de especialistas no tema da leitura.

Não tardou para os leitores internautas - em sua maioria constituída por lusófonos brasileiros e oriundos dos países africanos da CPLP - acusarem a jornalista de haver cometido preconceito linguístico, discriminação linguística, racismo, xenofobia, brasilofobia. Uma coisa é certa: ainda que seu descontentamento tenha sido motivado pela falta de uso da letra “c” na palavra “diretor”, preexistem à construção argumentativa da jornalista outros enunciados em torno da variante brasileira e da brasilidade que (o)põe a colunista e seus leitores em formação discursiva distinta daquela dos leitores brasileiros e africanos afetados pelos seus dizeres xenofóbicos e glotofóbicos. Não se pode dizer que os portugueses que adotam o atual AOLP sofram glotofobia de que são vítimas brasileiros e africanos em território português na mesma medida. A intolerância da jornalista não atinge, necessariamente, o diretor português, ainda que parta de sua função: *director*. A intolerância é direcionada aos falantes dos países da CPLP que, volta e meia, têm suas variantes discriminadas e reduzidas a uma “sublíngua” em Portugal, sobretudo quando o número de imigrantes lusófonos tem crescido notavelmente nesse país. O incômodo não é simplesmente motivado por um problema ortográfico que ponha risco à intocável cultura portuguesa, porque, em matéria de reforma e acordo ortográficos, os portugueses e os brasileiros têm trabalhado em vários momentos do século XX se comparados aos franceses, por exemplo, no conjunto das línguas românicas. Basta observarmos diacronicamente os radicais de algumas palavras no espanhol, português e francês e, não será difícil concluir que *pharmacie* e *philosophie* no francês, por exemplo, remontam a tradições latinas, mantendo seu critério etimológico... e dessa herança gráfica (/ph/ = /f/), no português, já se abriu mão desde as reformas de 1911 e 1931/38, passando ao critério fonético mudança de registro *ph* para *f*. O incômodo da jornalista, no entanto, tem muito mais fundamento na intolerância à forte presença da migração brasileira e africana que se expressa na língua como uma das diferenças interculturais negadas, negligenciadas e silenciadas por séculos de colonialismo. Esse incômodo tem muito a ver com o que Foucault (2001) via como “o presságio da grande migração do séc. XXI”, uma vez que as economias desenvolvidas não saberiam o que fazer com sua própria “tormenta” migratória gestada nos mares colonialistas rumo à África, à Ásia e às Américas.

Do mesmo modo como a comunidade muçulmana no início deste século respondeu à onda islamofóbica logo após os atentados de 11 de setembro, com enunciados do tipo “nem todo muçulmano é terrorista” e, na pandemia do coronavírus, os asiáticos e seus descendentes tiveram que reagir com o *hashtag* “*I am not a virus*”, chegou a vez de os brasileiros pela Europa enfrentarem uma série de

¹³ Disponível em: https://br.sputniknews.com/sociedade/2021060917635956-ninguem-le-nem-compra-livros-no-brasil-escreve-lusitana-e-gera-polemica-especialistas-divergem/?utm_source=push&utm_medium=browser_notification&utm_campaign=sputnik_br. Acesso: 11 jun. 2021.

enunciados discriminatórios em Portugal e França devido a *#VariantBresilian* (“variante brasileira” do coronavírus) em abril de 2021. Segundo reportagens do Jornal do Brasil: “As postagens [nas redes sociais] são particularmente dirigidas às brasileiras, com associações a prostituição, promiscuidade e calcinhas fio dental. Também há piadas com o sotaque e com a aparência das mulheres.”¹⁴

Nota-se, com isso, que algum aspecto linguístico sobre a variante linguística brasileira em Portugal ou o sotaque cultural brasileiro ao falar uma língua estrangeira, vinculada ao problema da estereotipia e da estrangeiridade, em alguma medida, emergirá como uma pista para o que é exterior à língua porque é da ordem dos discursos xenofóbicos.

6. Algumas considerações

Como disse na introdução, o objetivo de discutir o problema da estrangeiridade era fazer um exercício analítico que se realizasse através de um ensaio teórico, como uma espécie de narrativa, evitando a resenha de um ou outro autor, a análise de um ou mais conceitos. Este ensaio me possibilitou dialogar com alguns autores a partir de conceitos e questões atualizadas na esteira da filosofia da migração para pensar a questão do estrangeiro hoje como um problema discursivo. Em um primeiro momento, tentei recuperar o prenúncio de Foucault com o objetivo de demonstrar que, o que parecia presságio em fins de 1979, é de fato um dos grandes problemas de nossa atualidade, por vezes nomeado “crise dos refugiados”. É claro que o presságio de Foucault, na entrevista ao jornal japonês, ecoava das hipóteses formuladas nas pesquisas expostas durante suas aulas *Em defesa da sociedade*, obra na qual faz alusão à tecnologia biopolítica para “[...] defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo.” (FOUCAULT, 1999, p. 73).

Parti da breve análise do dicionário *Houaiss* para compreender como se materializam na língua alguns sentidos de estrangeiros, ainda que tal instrumento linguístico não seja capaz de revelar os enunciados, os discursos e seus efeitos na enunciação nem na superfície dos acontecimentos em que o estrangeiro é vítima da intolerância e da hostilidade. Essa reflexão foi então desenvolvida enquanto objeto discursivo, uma vez que é preciso pensar a estrangeiridade como uma condição do estrangeiro, sob efeito de regulação pela nomeação, e, teoricamente, como objeto de análise discursiva, isto é, tomando-o em sua historicidade; o estrangeiro, como sujeito histórico, é construído discursivamente e, dessa forma, passível ao equívoco. Este sujeito é determinado pela discriminação e pela intolerância simplesmente pela questão da língua (materna e estrangeira) e da origem ou pertencimento a uma outra cultura e lugar. Nesse sentido, procurei refletir sobre a intolerância que ganha forma na xenofobia e na glotofobia como dispositivos biopolíticos.

¹⁴ Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2021/04/1029641-brasileiros-sao-alvo-de-discriminacao-na-europa-devido-a-variante-do-virus.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

Assim, o problema da glotofobia, como tenho pensado, e do linguicídio discutido por Nascimento (2019), deve ser analisado não apenas na linha dos preconceitos linguísticos, mas como um tipo de discriminação e intolerância contra o Outro como um dos problemas analisados desde uma abordagem interseccional, o que não implica desconsiderar o primoroso trabalho dos sociolinguistas. Mas há aí uma questão de identidades sociais híbridas, sistemas institucionais e dispositivos de poder estruturantes fortemente vinculada à lógica da opressão, da discriminação, das formas violentas de dominação e a uma ética da hostilidade na qual o Outro é sempre estranho, estrangeiro, *xénos*, em sentido disfórico. Tudo isso precisa ser pensado no trabalho do analista a fim de aprofundar os estudos da estrangeiridade, no intuito de compreender o funcionamento da hostilidade no Brasil contra o estrangeiro e promover a hospitalidade sobretudo em tempos de acolhimento às pessoas em situação de refúgio.

Não se pode mais conceber os discursos sobre a língua do outro sem compreender o lugar que esse outro ocupa nas estruturas e nas relações de poder-saber que o subjetivam, que o fazem falar ou calar. O olhar do analista não deve se concentrar na questão da língua tão somente para compreender as circunstâncias em que se deu o preconceito, o racismo, a glotofobia ou a xenofobia de forma isolada quando se trata de intolerância ao estrangeiro, como por vezes se noticia no trabalho jornalístico. Muitas vezes todas estas violências estão relacionadas em um único acontecimento, porém é difícil decifrá-las. A mirada interseccional do par *xenofobia-glotofobia* deve realocar o estrangeiro para uma posição em que ele não seja sujeito a apenas um tipo de discriminação, mas a um conjunto de violências em maior ou menor grau (racismo, sexismo, aporofobia, lgbtqiafobia e outras intolerâncias), tendo sido sistematicamente produzido, sustentado e legitimado por uma base multidimensional estruturante, fruto de processos históricos profundos. Digo isso porque as atitudes de apreciação linguística, na esfera das representações e imagens de línguas, no olhar do brasileiro diante do português falado pelo estrangeiro, mudam a depender de outros determinantes vinculados às identidades dos estrangeiros. Do mesmo modo, o tratamento dado ao estrangeiro turista-*gringo* no Brasil não se expressa do mesmo modo como aquele dirigido ao imigrante-refugiado ou, mesmo, aos turistas negros oriundos das Américas ou da África. A origem, o gênero, a classe socioeconômica, a cor da pele etc. podem ser alguns dos elementos que determinam o olhar, os gestos e os discursos na política da hospitalidade e da acolhida ou na retórica da hostilidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

ANGENOT, M. *O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz?* 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BASLEZ, M.-F. *L'étranger dans la Grèce Antique*. Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- BLANCHET, Ph. *Discriminations : combattre la glottophobie*. Paris: Éd. Textuel, 2016.
- BLANCHET, Ph. Integração ou discriminação da pluralidade linguística na educação de línguas e pelas línguas: uma questão crucial entre ideologia, ética e didática. *Revista Moara*, n. 42, jul.-dez, p. 09-21, 2014.
- BLANCHET, Ph. Standardisation linguistique, glottophobie et prise de pouvoir. In: RISPAIL, M. (Org.). *Cahiers de linguistique*, n° 39/1 : Langues et Pouvoirs. Fernelmont (Belgique): Éditions modulaires européennes (EME), p. 93-108, 2013.
- BLANCHET, P. Minorations, minorisations, minorités : essai de théorisation d'un processus complexe. In: HUCK, D. ; BLANCHET, Ph. (Orgs.). *Minorations, minorisations, minorités : études exploratoires*. Cahiers de Sociolinguistique n° 10, Rennes, PUR, 2005, p. 17-47.
- CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. 1998. 347f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280022>>. Acesso em: 11 setembro 2021.
- CLYNE, M. G.; KIPP, S. *Pluricentric languages in an immigrant context: spanish, arabic and chinese*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.
- CLYNE, M. G. (Org.). *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1992.
- CORSI, J. C. *Na fronteira da intolerância: ecos de povos em deslocamento*. 2020. 135f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13141>. Acesso em: 01 julho 2021.
- CORTINA, A. *Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia*. Trad. Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- DERRIDA, J. Questão do estrangeiro: vinda do estrangeiro. In: *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003, p. 05-66.
- DI CESARE, D. *Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração*. Trad. César Tridapalli. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.
- VAN DIJK, T. A. Le racisme dans le discours des élites. *Revista Association Multitudes*, 23(4), p. 41-52, 2005. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-multitudes-2005-4-page-41.htm>>. Acesso em: 15 abril 2019.
- ECO, U. *Migração e intolerância*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. Le problème des réfugiés est un présage de la grande migration du XXI siècle. In : *Dits et écrits II (1954-1988)*. DEFERT, D. ; EWALD, F. (Org.). Paris: PUF; Éditions Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOLDSTEIN, M. *Xenofobias, terror y violencias: erótica de la crueldad*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (Reimpressão com alteração de 2004).

LAURENS, S. Le racisme, attribut du populaire? *Revista de GISTI-Plein Droit*, n. 69, pp. 9-12, 2006. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-plein-droit-2006-2-page-9.htm>>. Acesso em: 20 abril 2019.

MALLARD, S. D. S. *Estrangeiridade e vulnerabilidade psíquica: algumas contribuições psicanalíticas*. 2013. f.150. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2017/07/dissertacca7acc83o-suzana-ds-mallard.pdf>. Acesso em: 12 abril 2021.

MALLARD, S. D. S.; CREMASCO, M. V. F.; METRAUX, J. C. *Estrangeiridade e Vulnerabilidade Psíquica: Algumas Contribuições Psicanalíticas*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, Jan.-Mar. 2015, v. 31 n. 1, p. 125-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v31n1/0102-3772-ptp-31-01-0125.pdf>. Acesso em: 22 abril 2021.

MARIANI, B. *Colonização lingüística: línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

MENDES, E. Pluricentrismo lingüístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE. In: ALVAREZ, M. L. O. GONÇALVES, L. (Org.). *O mundo do português e o português no mundo afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, 2016, p. 293-310.

NASCIMENTO, G. *Racismo lingüístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*, v.3, n. 1-2, ano III, dez., p.6-21, 2010. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>. Acesso em: 11 setembro 2021.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: Análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

NUNES, J. H. Definição lexicográfica e discurso. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, v. 11, n. 11, p. 09-30, 2003.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico*. Campinas: Cortez, 2002.

RIBEIRO, J. Xenofobia e Discurso de Ódio ao Estrangeiro no Espaço de Enunciação da Tríplce Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. São Paulo: Blucher, 2020, p. 263-292. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/13-22196>. Acesso em: 03 maio 2021.

RIBEIRO, J. *Xenofobia e intolerância lingüística. (no prelo)*.

RIBEIRO, J., MORENO, J. D. G., GARCIA, F. A. Xenofobia y discurso de odio contra extranjeros en contexto de la Triple Frontera (Argentina-Brasil-Paraguay). *Revista Linguagem*, São Carlos, v.31, n.1, jul./dez. p. 196-213, 2019. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/509>. Acesso em: 01 junho 2021.

SEDGWICK, M. *Contra o mundo moderno: o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

HALL, S. *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica Arthur Ituassu. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p.103-133.

TAVARES, E. Q. *A construção discursiva da identidade nordestina em dicionários de língua portuguesa: uma análise arqueológica*. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PR, 2021.

TEITELBAUM, B. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VALLUY, G. Du retournement de l'asile (1948-2008) à la xénophobie de gouvernement : construction d'un objet d'étude. Valluy, G. (Org.) *Revue Cultures & Conflits. Xénophobie de gouvernement, nationalisme d'Etat*, n. 69, pp.81-111, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/conflits/10752>>. Acesso em: 20 abril 2019.